

GARANTIA DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO NO ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA BAHIA¹

José Francisco Barretto Neto²

Ana Maria Ferreira Menezes³

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar a pesquisa de doutoramento, em andamento, que versa sobre o direito de acesso à informação e a difusão do conhecimento no contexto de acompanhamento da política de educação profissional da rede estadual de ensino da Bahia e que tem por objetivo compreender como a implementação do direito de acesso à informação contribui com a difusão do conhecimento no acompanhamento da pública de educação profissional da rede estadual de ensino da Bahia. A referida pesquisa parte da premissa de que o direito de acesso à informação é um instituto de fortalecimento da difusão do conhecimento que empodera o cidadão para o acompanhamento das políticas públicas governamentais. Trata-se de um estudo de caso, de cunho exploratório-explicativo, a partir de pesquisa bibliográfica, documental, eletrônica e de campo, numa perspectiva de abordagem quali-quantitativa. Acredita-se que a garantia do direito de acesso à informação favorece a difusão do conhecimento no processo de acompanhamento da política de educação profissional da rede estadual de ensino da Bahia.

Palavras-Chave: Acesso à Informação. Difusão do Conhecimento. Acompanhamento. Política de Educação Profissional.

O direito ao Acesso à Informação pública nas últimas décadas tem recebido destaque nas agendas dos países ao redor do mundo e, em especial do continente americano, ocupando os legisladores na elaboração de Leis que garantam esse direito, bem como nas agendas dos organismos internacionais e da sociedade civil que vem debatendo e monitorando a sua implementação. A obrigatoriedade dos agentes públicos prestarem as informações produzidas pela gestão pública ou sob custódia do Estado tem favorecido uma maior difusão do conhecimento proporcionando um acompanhamento mais efetivo das políticas públicas,

¹ O presente trabalho é fruto da pesquisa de doutoramento em andamento apresentado ao Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC), sob a orientação da Prof. Dra. Ana Maria Ferreira Menezes, ligado às instituições: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC/MCT), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e FIEB/SENAI/CIMATEC.

² Doutorando em Difusão do Conhecimento. Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC). Universidade Federal da Bahia (UFBA)

³ Professora Doutora em Administração Pública. Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania, a democracia representativa, a participação e o controle social das políticas públicas.

Além disso, o advento das inovações tecnológicas e da internet têm possibilitado a gestão e difusão das informações e o seu compartilhamento em tempo real, garantindo o seu acesso a um número cada vez maior de pessoas, favorecendo o empoderamento dos cidadãos. Para Mendel,

La tecnología informática há aumentado la capacidad general de la ciudadanía común de controlar la corrupción, de exigir rendición de cuentas a sus líderes, y de dar insumos a los procesos de decisión. Esto a su vez, o para decirlo con más precisión, paralelamente ha llevado a mayores demandas de que se respete el derecho a la información (MENDEL, 2009, p. 4).

Pautado pela crença de que o conhecimento empodera o cidadão, é que surge esta investigação questionando se essas inovações no âmbito legal e tecnológico têm favorecido a garantia do direito de acesso à informação pública no Estado da Bahia, proporcionado maior difusão do conhecimento no âmbito do acompanhamento das políticas públicas educacionais implementadas pela Secretaria da Educação do Estado, em especial, a política de educação profissional. Assim, essa pesquisa de doutoramento tem por objetivo central compreender como a implementação do direito de acesso à informação contribui com a difusão do conhecimento no acompanhamento da pública de educação profissional da rede estadual de ensino da Bahia.

Entende-se aqui que o acesso à informação é um direito humano fundamental que estabelece a garantia para qualquer pessoa acessar as informações significantes produzidas, controladas ou sob a guarda do Estado e de órgãos privados criados ou controlados por ele, em qualquer meio ou formato, de interesse individual ou coletivo, sujeito apenas às exceções, o sigilo das informações pessoais de caráter sensível ou de segurança do Estado. O conceito de acesso à informação parte do princípio de que a sociedade é proprietária das informações e o Estado é apenas o seu guardião.

Segundo Villaneuva (2006, p.12) o acesso à informação é um pressuposto para o exercício da democracia, se constituindo em um direito instrumental para o

exercício de outros direitos, sendo a sua garantia a regra e a sua restrição a exceção.

Entende-se por Difusão do Conhecimento, os processos de disseminação, espalhamento e divulgação das informações produzidas e sistematizadas a partir de um determinado propósito. Para Ribeiro, Menezes e Campos (2016, p.160), a difusão do conhecimento envolve os processos de disseminação quando se trata do compartilhamento de informações científicas entre especialistas, cientistas e pesquisadores, a partir de uma linguagem especializada e de divulgação quando se refere popularização da ciência, por meio de uma linguagem acessível ao público em geral.

A política de educação profissional, implementada no Estado a partir de 2008, por meio do Plano de Educação Profissional da Bahia é direcionada aos jovens, trabalhadores e trabalhadoras e estudantes egressos da Escola Pública, com a finalidade de promover a elevação da escolaridade e inserção cidadã no mundo do trabalho. Essa política educacional tem como base o desenvolvimento socioeconômico e ambiental nos Territórios de Identidade e cadeias produtivas, estando presente nos 27 Territórios de Identidade. A expansão da educação profissional da Bahia, além de ser uma das prioridades do atual governo, visa também atender ao desafio posto no Plano Nacional de Educação que, conforme sua meta 10, é de oferecer 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de jovens e adultos de forma integrada à educação profissional e a meta 11 que preceitua a duplicação das matrículas de nível médio nessa modalidade (BRASIL, 2014, p. 69-71).

Destaca-se que a motivação para o aprofundamento dos estudos nesta área está relacionada à experiência profissional do pesquisador que, como gestor na Secretaria da Educação do Estado, na função de Ouvidor, tem atuado no processo de implementação, gestão e operacionalização do direito de acesso à informação no âmbito da Secretaria. Além disso, ela se mostra relevante diante da necessidade de uma melhor compreensão do processo de difusão do conhecimento, a partir da garantia do direito de acesso à informação, no acompanhamento das políticas



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

educacionais, que proporcionem o aperfeiçoamento dessas políticas e a consolidação de uma educação de qualidade socialmente referenciada, uma vez que os dados obtidos poderão tornar-se constructos para o acompanhamento das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação e para novas experiências de pesquisa.

Optou-se por uma pesquisa exploratória-explicativa, adotando-se o procedimento de estudo de caso, visto que trata-se de uma investigação empírica de um fenômeno inovador, o estudo do direito de acesso à informação, situado no contexto específico que é a política de educação profissional do estado da Bahia. Para tanto, utiliza-se de pesquisa bibliográfica com aprofundamento teórico sobre a temática; pesquisa documental com o estudo do marco jurídico normativo e dos dados estatísticos pertinentes ao tema; pesquisa eletrônica visando à busca de dados e informações relevantes sobre o problema estudado já disponível na rede; bem como pesquisa de campo envolvendo atores e unidades de ensino da rede de educação profissional do estado. As informações coletadas estão sendo analisadas e interpretadas numa perspectiva de abordagem quali-quantitativa.

Acredita-se que a partir de 2012, com o advento a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a garantia de acesso às informações públicas, tem crescido a difusão do conhecimento no âmbito do processo de acompanhamento das políticas públicas educacionais. Assim, espera-se ao final da pesquisa, conhecer a evolução do direito de acesso à informação e a sua contribuição para difusão do conhecimento, compreender a relação entre o acesso à informação e a difusão do conhecimento no processo de acompanhamento da política de educação profissional da rede estadual de ensino da Bahia e propor estrutura de operacionalização da LAI que potencialize a difusão do conhecimento para o acompanhamento da gestão das políticas públicas educacionais no Estado da Bahia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em:



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

<<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

MENDEL, Toby. **El Derecho a la Información en América Latina**. UNESCO: Ecuador, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183273s.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

RIBEIRO, Nubia Moura; MENEZES, Ana Maria Ferreira; CAMPOS, Maria de Fatima Hanaque. DIFUSÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO: conceitos, analogias, convergências e divergências. In: MATTA, Alfredo E. R.; ROCHA, José Cláudio (orgs.). **COGNIÇÃO**: aspectos contemporâneos e difusão do conhecimento. Salvador: EDUNEB, 2016.

VILLANUEVA, Ernesto. **Derecho de acceso a la información em el mundo**. México: Micuel Angel Porrúa, librero-editor, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.diputados.gob.mx/janium/bv/ce/scpd/LIX/der_acc_inf_mun.pdf> Acesso em: 06 out. 2017.